

# Ética Pessoal e Social de Calvino: Refletindo sobre o Trabalho e o nosso compromisso de fé

---

## INTRODUÇÃO DEFINITIVA:

“[Albert von] Wallenstein, o maior de todos os condottieri,<sup>1</sup> descobriu o segredo de manter um exército pagando-lhe com as contribuições cobradas nas províncias e cidades conquistadas e alimentando, vestindo e armando os seus homens nas suas próprias oficinas, fábricas e minas. Mas por detrás de Wallenstein estava, sabemô-lo hoje, um outro homem, cuja presença, por muito tempo oculta, só recentemente foi revelada: Hans de Witte, um calvinista de Antuérpia....

“Hans de Witte, apesar de professar o calvinismo até ao fim, era um péssimo calvinista....” – H.R. Trevor-Roper.<sup>2</sup>

Trabalho pode ser definido como o esforço físico ou intelectual, com vistas a um determinado fim. O verbo "trabalhar" é proveniente do latim vulgar tripaliar: torturar com o tripallium. Este é derivado de tripalis, cujo nome é proveniente da sua própria constituição gramatical: tres & palus (pau, madeira, lenho, estaca), que significava o instrumento de tortura de três paus e que também servia para “ferrar os animais rebeldes”.<sup>3</sup> O tripallium também era um instrumento de três paus aguçados que, algumas vezes munidos de pontas de ferro, eram utilizados pelos agricultores para bater o trigo, as espigas de milho e o linho para rasgá-los e esfiapá-los.<sup>4</sup> A idéia de tortura evoluiu, tomando o sentido de "esforçar-se", "laborar", "obrar".<sup>5</sup> Le Goff nos chama a

---

<sup>1</sup> Chefe de uma hoste de soldados mercenários da Europa, nos séculos XIV-XVI.

<sup>2</sup> H.R. Trevor-Roper, *Religião, Reforma e Transformação Social*, Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, c. 1981, p. 20 e 22.

<sup>3</sup> “O nome da máquina [tripalium] de três pés destinada a ferrar os animais indóceis, tornada a maneira corrente de designar um instrumento de tortura” (Jacques Le Goff & Nicolas Truong, *Uma História do Corpo na Idade Média*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 65).

<sup>4</sup> Cf. Suzana Albornoz, *O Que é Trabalho*, 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (6ª reimpressão), p. 10.

<sup>5</sup> Cf. Trabalho: In: José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Confluência, 1956, II, p. 2098; Trabalhar: In: Aurélio B.H. Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 1695; Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 779; Trabajar: In: J. Corominas, *Diccionario Crítico Etimológico de la lengua Castellana*, Madrid: Editorial Gredos, (1954), Vol. 4, p. 520-521; Trabalho: In: Antonio Houaiss, ed. *Enciclopédia Mirador Internacional*, São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1987, Vol. 19, p. 10963-10964; Jacques Le Goff, Trabalho: In: Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt, coords. *Dicionário Temático do Oci-*

atenção para uma conexão interessante: a condenação de Adão – que após a Queda obteria o alimento em “fadigas” – e Eva – que daria a luz “em meio de dores”, dizendo: “A origem etimológica da palavra ‘trabalho’ aparece com um sentido particular na locução ‘sala de trabalho’, designando ainda hoje a sala de parto em uma maternidade”.<sup>6</sup>

Etimologia à parte, devemos observar, que o trabalho, apresenta as seguintes características:<sup>7</sup>

- a) Envolve o uso de energia destinado a vencer a resistência oferecida pelo objeto que se quer transformar – intencionalidade.
- b) O trabalho se propõe sempre a uma transformação.
- c) Todo o trabalho está ligado a uma necessidade, externa ou interna.
- d) Todo trabalho traz como pressuposto fundamental, o conceito de que o objeto, sobre o qual trabalha, é de algum modo aperfeiçoável, mediante o emprego de determinada energia – esforço e perseverança.

## 1. ALGUMAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E FILOSÓFICAS:

Na Idade Média –, entre duas tradições antagônicas: a greco-romana que desprestigia o trabalho e a cristã que o valoriza<sup>8</sup> – há de certa forma, um retorno à idéia grega, considerando o trabalho – no sentido manual, (banausi/a), "arte mecânica", como sendo algo degradante para o ser humano,<sup>9</sup> e inferior à (σχολή), ao ócio, descanso, repouso, à vida contemplativa e ociosa (σχολάζω), por um lado, e à atividade militar pelo outro.<sup>10</sup> Aliás, é possível que esta perspectiva tenha contribuído para

---

dente Medieval, Bauru, SP/São Paulo:SP.: Editora da Universidade Sagrado Coração/Imprensa Oficial do Estado, 2002, Vol. 2, p. 559-560.

<sup>6</sup> Jacques Le Goff, Trabalho: In: Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt, coords. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Vol. 2, p. 560. Do mesmo modo: Jacques Le Goff & Nicolas Truong, *Uma História do Corpo na Idade Média*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 66.

<sup>7</sup> Ver Paul Schrecker, *Work and History*, 1948, *Apud* Trabalho: In: José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*, São Paulo: Loyola, 2001, Vol. 4, p. 2903a.

<sup>8</sup> Cf. Jacques Le Goff, Trabalho: In: Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt, coords. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Vol. 2, p. 566; Jacques Le Goff, *Para um Novo Conceito de Idade Média*, Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 88ss.

<sup>9</sup> βαναυσία, está associada à “vida e hábitos de um mecânico” (βάναισος); metaforicamente é aplicada à “mau gosto” e “vulgaridade”. (Vd. Liddell & Scott, *Greek-English Lexicon*, Oxford: Clarendon Press, 1935, p. 128b). Ver por exemplo: Aristóteles, *A Política*, Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, (s.d.), V.2.1-6. p. 141-143.

<sup>10</sup> “A Escolástica [contribuiu] para despojar de todo prestígio e de todo valor espiritual as atividades profissionais pela precedência que dava à contemplação sobre a ação” (André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 539).

que os gregos não tivessem desenvolvido uma ciência empírica.<sup>11</sup>

Na visão de São Tomás de Aquino (1225-1274), o trabalho era no máximo, considerado "eticamente neutro".<sup>12</sup> Conforme já nos referimos, segundo a Igreja romana, "a finalidade do trabalho não é enriquecer, mas conservar-se na condição em que cada um nasceu, até que desta vida mortal, passe à vida eterna. A renúncia do monge é o ideal a que toda a sociedade deve aspirar. Procurar riqueza é cair no pecado da avareza. A pobreza é de origem divina e de ordem providencial," interpreta Pirenne.<sup>13</sup>

Ainda na Idade Média, especialmente a partir do século XI, a posição ocupada pelo trabalho era regida pela divisão gradativa de importância social: Oradores (*oratores*) (eclesiásticos), Defensores (*bellatores*) (guerreiros) e Trabalhadores (*laboratores*)<sup>14</sup> (agricultores, camponeses).<sup>15</sup> Desta forma, os eclesiásticos, no seu ócio e abstrações "teológicas" é que tinham a prioridade, ocupando um lugar proeminente. O trabalho manual era imposto ao monge apenas como castigo e penitência.<sup>16</sup> Mesmo para designar o trabalho, como acentuam Le Goff e Truong, há duas palavras distintas: *Opus* e *Labor*. *Opus* "é o trabalho criador, o vocábulo do Gênesis que define o trabalho divino, o ato de criar o mundo e o homem à sua imagem. Desse termo derivará *operari* (criar uma obra) *operarius* (aquele que cria)".<sup>17</sup> *Labor*, por sua vez, refere-se ao trabalho laborioso, "está do lado do erro e da penitência".<sup>18</sup>

Biéler comenta: "O trabalho, especialmente o trabalho criador de bens e riqueza, o trabalho manual, se não decaíra mais até o nível do trabalho servil da Antigüidade, foi, todavia, considerado como uma necessidade temporal desprezível com relação aos exercícios da piedade. E aqueles que se dedicavam às atividades econômicas e

---

<sup>11</sup> Nancy R. Pearcey & Charles B. Thaxton, *A Alma da Ciência*, São Paulo: Cultura Cristã, 2005, p. 22.

<sup>12</sup> Vd. Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo: Pioneira, 1967, p. 52ss. Havia na realidade opiniões divergentes entre as ordens eclesiásticas a respeito do valor do trabalho manual. [Ver: Jacques Le Goff, Trabalho: In: Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt, coords. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Vol. 2, p. 568-570].

<sup>13</sup> H. Pirenne, *História Econômica e Social da Idade Média*, 6ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982, p. 19.

<sup>14</sup> "A partir do século VIII, os termos originários da palavra *labor*, como *labores*, que designam mais os frutos do trabalho do que castigo, são os signos tangíveis de uma valorização do trabalho agrícola e rural" (Jacques Le Goff & Nicolas Truong, *Uma História do Corpo na Idade Média*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 66).

<sup>15</sup> Ver: Jacques Le Goff, Trabalho: In: Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt, coords. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Vol. 2, p. 568-569; José Ferrater Mora, Trabalho: In: *Dicionário de Filosofia*, São Paulo: Loyola, 2001, Vol. 4, p. 2901b; Jacques Le Goff & Nicolas Truong, *Uma História do Corpo na Idade Média*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 66-67.

<sup>16</sup> Cf. Jacques Le Goff & Nicolas Truong, *Uma História do Corpo na Idade Média*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 66.

<sup>17</sup> Jacques Le Goff & Nicolas Truong, *Uma História do Corpo na Idade Média*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 64-65.

<sup>18</sup> Jacques Le Goff & Nicolas Truong, *Uma História do Corpo na Idade Média*, p. 65.

financeiras, os negociantes e banqueiros, eram particularmente desconsiderados”.<sup>19</sup>

No próprio currículo das universidades medievais era explícita a visão desprivilegiada do trabalho: “... as disciplinas ‘mecânicas’ ou ‘lucrativas’, vítimas do duplo preconceito dos antigos contra o trabalho manual e do cristianismo contra o dinheiro e a matéria, eram banidas da escola, deixadas para os leigos pecadores e ‘iletrados’ (*illiteratus* quer dizer aquele que ignora o latim, que não estudou as artes liberais)”.<sup>20</sup>

## 2. A PERSPECTIVA DE CALVINO:

Não nos cabe aqui analisar a história da filosofia do trabalho, contudo, devemos mencionar, que a Reforma resgatou o conceito cristão de trabalho. Biéler, resume: “Calvino, fundamentando-se nas Escrituras, é um dos raros teólogos a pôr em evidência, com tanta clareza, a participação do trabalho do homem na obra de Deus. Dessarte, conferiu ele ao labor humano dignidade e valor espirituais que jamais teve na Escolástica, nem, por mais forte razão, na antiguidade. Este fato irá ter grandes repercussões no desenvolvimento econômico das sociedades calvinistas”.<sup>21</sup>

Na ética do trabalho, Lutero (1483-1546) e Calvino (1509-1564) estavam acordes quanto à responsabilidade do homem de cumprir a sua vocação através do trabalho. Não há lugar para ociosidade. “Quando quis Deus, escreve Calvino, que o homem se aplicasse a cultivar a terra, na pessoa do homem condenou Deus a ociosidade e a indolência. Portanto, nada é mais contrária a ordem da natureza, que consumir a vida comendo, bebendo, e dormindo...”.<sup>22</sup> Com isto, não se quer dizer que o homem deva ser um ativista, mas sim, que o trabalho é uma “bênção de Deus”. Lutero teve uma influência decisiva, quando traduziu para o alemão o Novo Testamento (1522), empregando a palavra “beruf” para trabalho, em lugar de “arbeit” (palavra derivada do latim *arvus*,<sup>23</sup> terreno arável). “Beruf” – com toda a dificuldade de encontrar um equivalente em nossa língua –, acentua mais o aspecto da vocação do que o do trabalho propriamente dito. As traduções posteriores, inglesas e francesas, tenderam a seguir o exemplo de Lutero. A idéia que se fortaleceu, é a de que o trabalho é uma vocação divina.<sup>24</sup> Calvino, diz: “Se seguirmos fielmente nosso chamamento divino, receberemos o consolo de saber que não há trabalho insignificante ou nojento que

---

<sup>19</sup> André Biéler, *A Força Oculta dos Protestantes*, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999, p. 118. Vd. Jacques Le Goff, *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*, São Paulo: Martins Fontes, 1991, *passim*.

<sup>20</sup> Jacques Verger, Universidade: In: Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt, coords. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Vol. 2, p. 574.

<sup>21</sup> André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 538-539.

<sup>22</sup> John Calvin, *Commentaries on The First Book of Moses Called Genesis*, Grand Rapids, Michigan: Eerdmans Publishing Co., 1996 (Reprinted), Vol. 1, (Gn 2.15), p. 125.

<sup>23</sup> *Arvus* significa “arável”. *Arvum* significa “terra lavrada”, “campo”, “terreno”

<sup>24</sup> Vejam-se, Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, p. 52 (e notas correspondentes); André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990, p. 628; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989, p. 114; Alain Peyrefitte, *A Sociedade de Confiança: Ensaio sobre as origens e a natureza do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 344ss.

não seja verdadeiramente respeitado e importante ante os olhos de Deus”.<sup>25</sup> O amor ao próximo faz com que o nosso honesto trabalho não se limite a satisfazer as nossas necessidades, mas, também, a ajudar aos nossos irmãos: “O amor nos leva a fazer muito mais. Ninguém pode viver exclusivamente para si mesmo e negligenciar o próximo. Todos nós temos de dedicar-nos à ação de suprir as necessidades do próximo”.<sup>26</sup>

Entende que “a indolência e a inatividade são amaldiçoadas por Deus”.<sup>27</sup> “Moisés acrescenta agora que a terra foi outorgada ao homem com esta condição: que se ocupasse em cultivá-la, de onde se segue que foram os homens criados para empregar-se em fazer alguma coisa e não para estarem ociosos e indolentes. Verdade é que esse labor era bem alegre e agradável, longe de todo aborrecimento e cansaço; todavia, quando Deus quis que o homem se afixesse a cultivar a terra, na pessoa dele condenou todo repouso indolente”.<sup>28</sup> Todavia, a graça de Deus atenua a severidade de punição, anexando ao labor humano uma dose de satisfação que deveria caracterizar primariamente o trabalho.<sup>29</sup>

Além disso, o trabalho está relacionado com o progresso de toda a raça humana: “Há modos diferentes de se trabalhar. Para quem ajuda a sociedade dos homens pela indústria, ou regendo sua família, ou na administração pública ou em negócios privados, ou aconselhando, ou ensinando ou de qualquer outra maneira, não será considerado entre os inativos. Paulo censura aqueles zangões preguiçosos que querem viver pelo suor dos outros, não contribuindo assim com nenhum serviço em comum para ajudar a raça humana”.<sup>30</sup> O ganho ilícito, através do qual o patrimônio de nosso próximo é dilapidado, é, na realidade – independentemente do nome que se dê, já que o ser humano é pródigo em adjetivar a maldade com termos nobres – não um sinal de inteligência, mas de iniquidade: é, portanto, uma forma de furto.<sup>31</sup> Portanto, “não se deve fazer um uso pervertido dos labores que outras pessoas empre-

---

<sup>25</sup> João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, São Paulo: Novo Século, 2000, p. 77. Contudo: “Como há muitas ocupações que pouco valem para socorrer os homens em seus deleites lícitos, o apóstolo recomenda-lhes que escolham aquelas que tragam benefício a si e a seu próximo. Nem precisamos admirar-nos disso, pois se aquelas classes voluptuosas de ocupações que só podem trazer corrupção eram denunciadas pelos pagãos, dentre eles Cícero, com sendo em extremo vergonhosas, um apóstolo de Cristo as incluiria para que figurassem entre as ocupações lícitas recomendadas por Deus” [João Calvino, *Efésios*, (Ef 4.28), p. 146].

<sup>26</sup> João Calvino, *Efésios*, (Ef 4.28), p. 146.

<sup>27</sup> John Calvin, *Commentaries on the Second Epistle to the Thessalonians*, Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, (*Calvin's Commentaries*, Vol. XXI), 1996 (reprinted), (2Ts 3.10), p. 355.

<sup>28</sup> John Calvin, *Commentaries on The First Book of Moses Called Genesis*, Grand Rapids, Michigan: Eerdmans Publishing Co., 1996 (Reprinted), Vol. 1, (Gn 2.15), p. 125.

<sup>29</sup> “A aspereza desta pena é ainda atenuada pela clemência de Deus, de sorte que por entre os labores dos homens há certa alegria misturada, para que não sejam de todo ingratos...” [John Calvin, *Commentaries on The First Book of Moses Called Genesis*, Grand Rapids, Michigan: Eerdmans Publishing Co., 1996 (Reprinted), Vol. 1, (Gn 3.17), p. 174].

<sup>30</sup> John Calvin, *Commentaries on the Second Epistle to the Thessalonians*, Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, (*Calvin's Commentaries*, Vol. XXI), 1996 (reprinted), (2Ts 3.10), p. 355.

<sup>31</sup> Cf. John Calvin, *Commentaries on The Four Last Books of Moses*, Grand Rapids, Michigan: Eerdmans Publishing Co., 1996 (Reprinted), Vol. 3, (Ex 20.15), p. 110-111.

endem em seu próprio benefício”.<sup>32</sup>

Ainda que o dinheiro emprestado a juros seja permitido,<sup>33</sup> o trabalho honesto, fruto do nosso labor é que deve ser a nossa fonte de recursos para a manutenção de nossa família; não devemos nos aproveitar das necessidades alheias, vivendo simplesmente de transações financeiras. Um princípio justo é que em todas as negociações, haja benefícios para ambas as partes. Comentando o Sl 15.5, faz uma longa explanação sobre isso:

“Neste versículo Davi prescreve aos santos a não oprimirem seu próximo com usura, nem a forçá-lo a aceitar suborno em favor de causas injustas. (...) Lembremo-nos, pois, de que toda e qualquer barganha em que uma parte injustamente se empenha por angariar lucro em prejuízo da outra parte, seja que nome lhe damos, é aqui condenada. (...) Aconselharia a meus leitores a ser precaverem de engenhosamente inventar pretextos, pelos quais tirem proveito de seus semelhantes, e para que não imaginem que qualquer coisa pode ser-lhes lícita, quando para outros é grave e prejudicial.

“Com respeito à usura, é raríssimo encontrar no mundo um usurário que não seja ao mesmo tempo um extorquidor e viciado ao lucro ilícito e desonroso. Conseqüentemente, Cato desde outrora corretamente colocava a prática da usura e o homicídio na mesma categoria de criminalidade, pois o objetivo dessa classe de pessoas é sugar o sangue de outras pessoas. É também algo muito estranho e deprimente que, enquanto todos os demais homens obtêm sua subsistência por meio do trabalho, enquanto os cônjuges se fatigam em suas ocupações diárias e os operários servem à comunidade com o suor de sua fronte, e os mercadores não só se empenham em variados labores, mas também se expõem a muitas inconveniências e perigos – os agiotas se deixam levar por vida fácil sem fazer coisa alguma, recebendo tributo do labor de todas as outras pessoas. Além disso, sabemos que, geralmente, não são os ricos que são empobrecidos por sua usura, e, sim, os pobres, precisamente quem deveria ser aliviado”.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> João Calvino, *As Pastorais*, São Paulo: Paracletos, 1998 (1Tm 5.18), p. 149.

<sup>33</sup> “O lucro que obtém alguém que empresta seu dinheiro no interesse lícito, sem fazer injúria a quem quer que seja, não está incluído sob o epíteto de usura ilícita. (...) Em suma, uma vez que tenhamos gravada em nossos corações a regra de equidade que Cristo prescreve em Mateus: ‘Portanto, tudo quanto quereis que os homens vos façam, fazei-lhes também o mesmo’ [7.12], não será necessário entrar em longa controvérsia em torno da usura” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, São Paulo: Edições Paracletos, 1999, Vol. 1, (Sl 15.5), p. 299]. Calvino fazia uma distinção importante entre o “empréstimo de consumo ou de assistência” e o “empréstimo de produção ou de aplicação”. Aquele visava socorrer aos necessitados, sendo improdutivo para o devedor. Este, o devedor, com o seu trabalho poderia adquirir uma ampliação desses recursos. Os juros neste caso seria legítimo (Ver: André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 588). Alguns princípios de Calvino a respeito deste tema foram expostos em um carta (07/11/1545), escrita em resposta às indagações de amigo Claude de Sachin. Biéler analisa esta carta e outras passagens nas quais Calvino se posiciona sobre o assunto (Ver: André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 585ss). Em 1580, Beza, juntamente com outros pastores, opõem-se veemente à criação de um Banco em Genebra, entendendo que as riquezas trazem consigo implicações indesejáveis, tais como o luxo, frivolidades, amor ao prazer, etc., todas incompatíveis com Genebra, que deseja preservar a já conhecida moderação dos costumes (Ver: André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 239-240; André Biéler, *O Humanismo Social de Calvino*, p. 66-67; R.H. Tawney, *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1971, p. 124).

<sup>34</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 15.5), p. 297-298.

## a) Trabalho, Poupança e Frugalidade:

Calvino defendeu três princípios éticos fundamentais: Trabalho, Poupança e Frugalidade.<sup>35</sup> Note-se que a poupança deveria ter sempre o sentido social.<sup>36</sup> Comentando 2Co 8.15, diz: “Moisés admoesta o povo que por algum tempo fora alimentado com o maná, para que soubesse que o ser humano não é alimentado por meio de sua própria indústria e labor, senão pela bênção de Deus. Assim, no maná vemos claramente como se ele fosse, num espelho, a imagem do pão ordinário que comemos. (...) O Senhor não nos prescreveu um ômer ou qualquer outra medida para o alimento que temos cada dia, mas ele nos recomendou a frugalidade<sup>37</sup> e a tem-

<sup>35</sup> É interessante notar que em 1513, N. Maquiavel (1469-1527), na sua obra *O Príncipe*, dedicada a Lorenzo di Medicis, diz: “... um príncipe deve gastar pouco para não ser obrigado a roubar seus súditos; para poder defender-se; para não se empobrecer, tornando-se desprezível; para não ser forçado a tornar-se rapace; e pouco cuidado lhe dê a pecha de miserável; pois esse é um dos defeitos que lhe dão a possibilidade de bem reinar” [N. Maquiavel, *O Príncipe*, São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. IX), 1973, p. 72]. (grifos meus).

<sup>36</sup> Vd. por exemplo, J. Calvino, *As Institutas*, III.7.5-6; III.10.4-5; *Idem.*, *Exposição de 2 Coríntios*, São Paulo: Edições Paracletos, 1995, (2 Co 8), p. 165ss.; André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 643. (Veja-se, também, Hermisten M.P. Costa, *As Questões Sociais e a Teologia Contemporânea*, São Paulo, 1986. Quanto à ação prática dos conceitos de Calvino em Genebra, Vejam-se, entre outros: W. Fred Graham, *The Constructive Revolutionary: John Calvin & His Socio-Economic Impact*, Richmond, Virginia: John Knox Press, 1971, p. 97ss.; Ronald S. Wallace, *Calvino, Genebra e a Reforma*, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003, *passim*; Alderi Souza de Matos, *Amando a Deus e ao Próximo: João Calvino e o Diaconato em Genebra*: In: *Fides Reformata*. São Paulo: Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, 2/2 (1997), p. 69-88.

A Igreja Católica sempre condenou o lucro, ainda que a sua prática não se harmonizasse com a sua teoria, sendo ela mesma, extremamente rica. “O empréstimo a juros (...) sempre foi proibido ao clero; a Igreja conseguiu, a partir do século IX, que se tornasse proibida também aos leigos, e reservou o castigo desse delito à jurisdição de seus tribunais” (H. Pirenne, *História Econômica e Social da Idade Média*, p. 19).

Pirenne (1862-1935) continua:

“É evidente que a teoria dista muito da prática: os próprios mosteiros, amiúde, infringiram os preceitos da Igreja. Não obstante, esta impregnou tão profundamente o mundo com seu espírito, que serão necessários vários séculos para que se admitam as novas práticas que o renascimento econômico do futuro exigirá, e para que se aceitem, sem reservas mentais, a legitimidade dos lucros comerciais, da valorização do capital e dos empréstimos com juros” (*Idem.*, *Ibidem.*, p. 19-20). (Vd. uma anedota bastante ilustrativa do conflito da Igreja, In: Pirenne, *História Econômica e Social da Idade Média*, p. 32-33). (Veja-se um resumo da prática de juros durante a Idade Média em André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 237ss). Para uma visão da concepção e prática em Portugal, ver: José Calvet de Magalhães, *História do Pensamento Econômico em Portugal: da Idade Média ao Mercantilismo*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967, 537p.

Aldo Janotti, comentando a respeito da superioridade intelectual e riqueza da Igreja romana na Idade Média, observa que:

“A preponderância econômica se manifestava tanto através da riqueza agrária quanto da monetária: possuía a Igreja inúmeros domínios, superiores em extensão aos da aristocracia laica, como também em organização, pois só ela tinha homens habilitados para estabelecer polípticos, ter registros de contas, calcular entradas e saídas e, por conseqüência, poder equilibrá-las” (Aldo Janotti, *Origens da Universidade: A Singularidade do Caso Português*, 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992, p. 31).

<sup>37</sup> “A Igreja Romana, afirmava-se, através do exemplo de seus governantes encorajara o luxo e a ostentação; os membros da Igreja Reformada devem ser econômicos e modestos. (...) O Calvinismo, em suma, significava não apenas nova doutrina teológica e governo eclesiástico, mas nova escala de

perança, e proibiu que o homem exceda por causa da sua abundância.<sup>38</sup> Por isso, aqueles que têm riquezas, seja por herança ou por conquista de sua própria indústria e labor, devem lembrar que o excedente não deve ser usado para intemperança ou luxúria, mas para aliviar as necessidades dos irmãos. (...) Assim como o maná, que era acumulado como excesso de ganância ou falta de fé, ficava imediatamente putreficado, assim também não devemos alimentar dúvidas de que as riquezas que são acumuladas à expensa de nossos irmãos são malditas, e logo perecerão, e seu possuidor será arruinado juntamente com elas, de modo que não conseguimos imaginar que a forma de um rico crescer é fazendo provisões para um futuro distante e defraudando os nossos irmãos pobres daquela ajuda que a eles é devida”.<sup>39</sup>

Calvino também nos adverte quanto ao perigo de transformarmos o nosso trabalho em objeto de avareza justamente pela falta de fé na provisão do Senhor: “O que nos torna mais avarentos do que deveríamos em relação ao nosso dinheiro é o fato de sermos tão precavidos e enxergarmos tão longe quanto possível os supostos perigos que nos podem sobrevir, e assim nos tornamos demasiadamente cautelosos e ansiosos, e passamos a trabalhar tão freneticamente como se devêssemos suprir de vez as necessidades de todo o curso de nossa vida, e afigura-se-nos como grande perda quando uma mínima parcela nos é tirada. Mas aquele que depende da bênção do Senhor tem o seu espírito livre dessas preocupações ridículas, enquanto que, ao mesmo tempo, tem suas mãos livres para a prática da beneficência”.<sup>40</sup>

## b) O Comportamento Cristão na Riqueza e na Pobreza:

Calvino, interpretando Hb 13.16, entende que os benefícios que prestamos aos homens se constituem parcialmente em culto a Deus, sendo isto uma grande honra que Deus nos concede. Não amar ao nosso próximo constitui-se numa ofensa a Deus e às pessoas. Por outro lado, o nosso auxílio recíproco revela a unidade do Espírito em nós.

---

valores morais e novo ideal de conduta social” (R.H. Tawney, *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1971, p. 116).

<sup>38</sup> Referindo-se ao texto de Tt 2.11-14, Calvino comenta: “O apóstolo resume todas as ações da nova vida em três grupos: sobriedade, justiça e piedade.

“Indubitavelmente a sobriedade significa castidade e temperança, como também o uso puro e frugal das bênçãos temporais, incluindo a paciência na pobreza” (João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 33. Do mesmo modo: *As Institutas*, III.7.3). “Tudo quanto extrapola o uso natural é supérfluo. Não que algum uso mais liberal de possessões seja condenado como um mal em si mesmo, mas a ansiedade em torno delas é sempre pecaminosa” [João Calvino, *As Pastorais*, (1Tm 6.8), p. 169]. Vd. também: João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 75; *Idem.*, *As Institutas*, III.10.4.

<sup>39</sup> João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, São Paulo: Paracletos, 1995, (2Co 8.15), p. 177. Vd. também, João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, p. 45. Em outro lugar: “As Escrituras exigem de nós e nos advertem a considerarmos que qualquer favor que obtenhamos do Senhor, o temos recebido com a condição de que o apliquemos em benefício comum da Igreja.

“Temos de compartilhar liberalmente e agradavelmente todos e cada um dos favores do Senhor com os demais, pois isto é a única coisa que os legitima.

“Todas as bênçãos de que gozamos são depósitos divinos que temos recebido com a condição de distribuí-los aos demais” (João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 36).

<sup>40</sup> João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 8.2), p. 167-168.

“Embora Deus não possa receber de nós nenhum benefício, no entanto considera nosso ato de invocar seu Nome como Sacrifício; aliás, como o principal dos sacrifícios, que supre a falta de todos os demais. Além disso, sejam quais forem os benefícios que façamos pelos homens, Deus os considera como feitos a Ele próprio, e lhes imprime o título de sacrifício, para que fique evidente que os elementos da lei são agora não apenas supérfluos, mas até mesmo nocivos, uma vez que nos desviam da genuína forma de sacrificar.

“Em suma, o significado consiste em que, se porventura queremos oferecer sacrifício a Deus, então devemos invocar seu Nome, fazer conhecida sua munificência através de ações de graça e fazer o bem aos nossos irmãos. Esses são os verdadeiros sacrifícios com os quais os verdadeiros cristãos devem comprometer-se; e não sobra nem tempo nem lugar para qualquer outro.”<sup>41</sup>

“Não é uma honra trivial o fato de Deus considerar o bem que fazemos aos homens como sacrifício oferecido a Ele próprio, e o fato de valorizar tanto nossas obras, que as denomina de *santas*. Portanto, onde nosso amor não se manifesta, não só despojamos as pessoas de seus direitos, mas também a Deus mesmo, o qual solenemente dedicou a Si o que ordenou fosse feito em favor dos homens.”<sup>42</sup>

“‘Repartir com os outros’ tem uma referência mais ampla do que *fazer o bem*. Inclui todos os deveres pelos quais os homens se auxiliam reciprocamente; e é um genuíno distintivo do amor que os que se encontram unidos pelo Espírito de Deus comunicam entre si”.<sup>43</sup>

Seguem alguns princípios apresentados e vivenciados por Calvino, concernentes ao uso dos bens concedidos por Deus. Pode-se perceber em suas orientações a fundamentação teológica de sua prática.

Sobre a vida exemplar de Calvino, escreve André Biéler:

“... a pregação do reformador é o prolongamento de sua ação. A modéstia em que vive com seus colegas é proverbial e toca as raias da pobreza.<sup>44</sup> Suas providências em favor dos deserdados são constantes. Importuna persistentemente os conselheiros da cidade para que tomem medidas de atendimento aos pobres. Depois da chacina dos protestantes em Provençe, em 1545, organiza pessoalmente uma coleta geral, subindo as escadarias dos edifícios repletos de refugiados<sup>45</sup> para recolher a esmola de todos”.<sup>46</sup>

Vejamos, agora, alguns dos princípios estabelecidos nas *Institutas*.

<sup>41</sup> João Calvino, *Exposição de Hebreus*, São Paulo: Paracletos, 1997, (Hb 13.16), p. 394.

<sup>42</sup> João Calvino, *Exposição de Hebreus*, (Hb 13.16), p. 394.

<sup>43</sup> João Calvino, *Exposição de Hebreus*, (Hb 13.16), p. 395.

<sup>44</sup> Vejam-se André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 229-230. O testemunho de Farel também é elucidativo. Ver: André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 229.

<sup>45</sup> A grande quantidade de refugiados abrigados em Genebra, contribuiu para modelar determinadas ênfases em sua vida econômica e enriquecimento de diversas profissões. (Vejam-se alguns exemplos: André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 216ss.).

<sup>46</sup> André Biéler, *O Humanismo Social de Calvino*, p. 45; André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 230.

## 1) EM TUDO DEVEMOS CONTEMPLAR O CRIADOR, E DAR-LHE GRAÇAS:

“Assim também não deixemos passar nenhum tipo de prosperidade que nos beneficie, ou que beneficie a outros, sem declarar a Deus, com louvor e ação de graças, que reconhecemos que tal bênção provém do Seu poder e da Sua bondade” – João Calvino, *As Institutas*, (1541), III.9.

A ingratidão para com Deus é resultado, em parte, de nossa não consideração de Seus feitos:<sup>47</sup> “... a desconsideração quase universal leva os homens a negligenciarem os louvores a Deus. Por que é que tão cegamente olvidam as operações de sua mão, senão justamente porque nunca dirigem seriamente sua atenção para elas? Precisamos ser despertados para este tema”.<sup>48</sup> Portanto, devemos cultivar o tipo de sensibilidade espiritual que nos faça enxergar com gratidão e louvor os atos de Deus em nossa existência, a fim de não sermos injustos para com Ele: “... Quando Deus, em qualquer tempo, nos socorre em nossa adversidade, cometemos injustiça contra seu nome se porventura esquecermos de celebrar nossos livramentos com solenes reconhecimentos”.<sup>49</sup> “Deus é o autor de todo bem, segue-se que devemos receber tudo como vindo de Sua mão, e com incessante ação de graças. Reconheçamos igualmente que não haverá nenhuma boa maneira de fazer uso dos benefícios que generosa e abundantemente Ele derrama sobre nós, se não Lhe estivermos dando constante louvor, com ações de graças.”<sup>50</sup>

A gratidão, portanto, é resultado da compreensão de que tudo que temos, foi criado por Deus a fim de que reconhecêssemos o seu autor, rendendo-Lhe, assim, graças. “Às vezes pensamos que podemos alcançar facilmente as riquezas e as honras com nossos próprios esforços, ou por meio do favor dos demais; porém, tenhamos sempre presente que estas coisas não são nada em si mesmas, e que não poderemos abrir caminho por nossos próprios meios, a menos que o Senhor queira nos prosperar”.<sup>51</sup>

Os recursos de que dispomos devem ser um estímulo a sermos agradecidos a Deus por sua generosa bondade:

“À luz desse fato aprendemos, também, que os que são responsáveis pelo presunçoso uso da bondade divina, se aproveitam dela para orgulhar-se da excelên-

---

<sup>47</sup> “Pois jamais somos devidamente sensibilizados do quanto somos devedores a Cristo nem avaliamos suficientemente sua munificência para conosco, até que a extrema infelicidade de nosso estado seja por ele posta diante de nossos olhos” [João Calvino, *Efésios*, São Paulo, Paracletos, 1998, p. 16].

<sup>48</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, São Paulo: Paracletos, 1999, Vol. 2, (SI 66.5), p. 624.

<sup>49</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, (SI 66.3), p. 630.

<sup>50</sup> João Calvino, *As Institutas*, (1541), III.9.

<sup>51</sup> João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, São Paulo: Novo Século, 2000, p. 40-41.

cia que possuem, como se a possuíssem por sua própria habilidade, ou como se a possuíssem por seu próprio mérito; enquanto que sua origem deveria, antes, lembrá-los de que ela tem sido gratuitamente conferida aos que são, ao contrário, criaturas vis e desprezíveis e totalmente indignas de receber algum bem da parte de Deus. Qualquer qualidade estimável, pois, que porventura virmos em nós mesmos, que ela nos estimule a celebrarmos a soberana e imerecida bondade que a Deus aprouve conceder-nos”.<sup>52</sup>

## 2) USEMOS DESTE MUNDO COMO SE NÃO USÁSSEMOS DELE:

Devemos viver neste mundo com moderação, sem colocar o coração nos bens materiais, pois, tais preocupações nos fazem esquecer a vida celestial e de “adornar nossa alma com seus verdadeiros atavios”.<sup>53</sup> Comentando o Salmo 30.6 – quando Davi reflete a sua momentânea confiança no sucesso adquirido –, diz: “.... Davi reconhece que havia sido justa e merecidamente punido por sua estulta e precipitada confiança, ao esquecer-se de sua mortal e mutável condição de ser humano, e ao pôr demasiadamente seu coração na prosperidade.”<sup>54</sup> Em outro lugar, fazendo menção da mesma passagem, escreve: “Davi afirma que a prosperidade havia obnubilado de tal forma seus sentidos, que deixou de pôr seus olhos na graça de Deus, da qual deveria depender continuamente. Em vez disso, creu que poderia andar por suas próprias forças e imaginou que não cairia jamais.”<sup>55</sup>

Portanto, devemos usar nossos bens com moderação:

“.... ainda que a liberdade dos fiéis com respeito às coisas externas não deva ser limitada por regras ou preceitos, sem dúvida deve regular-se pelo princípio de que deve regalar-se o mínimo possível; e, ao contrário, que temos que estar mui atentos para cortar toda superfluidade, toda vã ostentação de abundância – devem estar longe da intemperança! –, e guardar-se diligentemente de converter em impedimentos as coisas que se lhes há dado para que lhes sirvam de ajuda”.<sup>56</sup> (Jo 15.19; 17.14; Fp 3.20; Cl 3.1-4; Hb 11.16; 1Jo 2.15).

Devido aos nossos desejos incontrolados, devemos rogar a Deus que nos dê moderação, “pois a única forma de agir com moderação própria é quando Deus governa e preside nossos afetos”.<sup>57</sup>

Para que não nos ensoberbeçamos, Deus que nos conhece perfeitamente, preventivamente, para que não sejamos tentados, equilibra a abundância com a amargura: “Deus modera a doçura da riqueza com amargura; e não permite que a

<sup>52</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 8.4), p. 165-166.

<sup>53</sup> Juan Calvino, *Institución de la Religión Cristiana*, Rijswijk, Países Bajos: Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1967 (Nueva Edición Revisada), III.10.4.

<sup>54</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 30.6), p. 631.

<sup>55</sup> João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 47.

<sup>56</sup> J. Calvino, *Institución*, III.10.4.

<sup>57</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, São Paulo: Parakletos, 2002, Vol. 3, (Sl 106.14), p. 678.

mente de Seu servo fique encantada em demasia com isto. E sempre que uma estimativa enganadora de riquezas nos impulsiona a desejá-la imoderadamente, porque nós não percebemos os grandes prejuízos que trazem junto com elas; deixa a lembrança desta história [Abraão e Ló] ajudar a conter tal imoderada fixação. Além disso, tão freqüentemente o rico ache qualquer dificuldade que surja da sua riqueza; faz com que aprenda a purificar a sua mente por este medicamento, que eles não podem se tornar excessivamente devotados às coisas boas da presente vida. E verdadeiramente, a menos que o Senhor ocasionalmente ponha rédea nos homens, a que profundidades não cairiam quando abundassem em sua prosperidade? Por outro lado, se nós somos oprimido com pobreza, faz-nos saber, que, por este método também, Deus corrige os males ocultos de nossa carne. E por fim, permite que aqueles que têm abundância lembrem-se de que estão rodeados de espinhos e tomem muito cuidado para não ser picados”.<sup>58</sup>

### **3) SUPORTEMOS A POBREZA; USEMOS MODERADAMENTE DA ABUNDÂNCIA:**

Seguindo o que Paulo disse aos Filipenses: “*Tanto sei estar humilhado, como também ser honrado....*” (Fp 4.12), comenta:

“Quem sofre a pobreza com impaciência, mostra o vício contrário na abundância. Quero dizer com isso que quem se envergonha de andar pobremente vestido, se vangloriará de ver-se ricamente ataviado; que quem não se contenta com a mesa frugal, se atormentará com o desejo de outra mais rica e abundante.”<sup>59</sup>

“O pobre deveria aprender a ser paciente sob as privações, para não se encontrar atormentado com uma excessiva paixão pelas riquezas.”<sup>60</sup>

“Devemos aprender a superar a pobreza quieta e pacientemente, e desfrutar da abundância com moderação”.<sup>61</sup>

“Para assegurarmos que a suficiência [divina] nos satisfaça, aprendamos a controlar nossos desejos de modo a não querermos mais do que é necessário para a manutenção de nossa vida”.<sup>62</sup>

O nosso desejo incontrolado nos coloca em oposição direta à vontade de Deus: “Todo aquele que se permite desejar mais do que lhe é necessário, francamente se põe em direta oposição a Deus, visto que todas as luxúrias carnais se lhe opõem diretamente”.<sup>63</sup>

---

<sup>58</sup> John Calvin, *Commentaries on The First Book of Moses Called Genesis*, Grand Rapids, Michigan: Eerdmans Publishing Co., 1996 (Reprinted), Vol. 1, (Gn 13.5), p. 369.

<sup>59</sup> Juan Calvino, *Institución*, III.10.5. Conforme já citamos, Calvino entendia que: “Quando depositamos nossa confiança nas riquezas, na verdade estamos transferindo para elas as prerrogativas que pertencem exclusivamente a Deus” [João Calvino, *As Pastorais*, (1Tm 6.17), p. 182].

<sup>60</sup> João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 74.

<sup>61</sup> João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 73.

<sup>62</sup> João Calvino, *As Pastorais*, (1Tm 6.8), p. 169.

<sup>63</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 3, (Sl 106.14), p. 678

A tendência é de nos envaidecermos com a abundância e nos deprimir com a carência. Para muitos de nós, não se ensoberbecer com a riqueza pode ser mais difícil do que não se desesperar com a pobreza.<sup>64</sup> “Aquele que é impaciente sob a privação manifestará vício oposto quando estiver no meio do luxo”.<sup>65</sup> Paulo sabia, por experiência própria, agir de modo santo em ambas as circunstâncias. Em tudo Paulo era agradecido a Deus (1Ts 5.18), sabendo que em Cristo poderia suportar e vencer qualquer situação. Calvino observa que temos que usar moderadamente dos recursos que Deus nos deu, para que não caiamos na torpeza do excesso, da vanglória e da arrogância (Rm 13.14).<sup>66</sup> “Os bens terrenos à luz de nossa natural perversidade, tendem a ofuscar nossos olhos e a levar-nos ao esquecimento de Deus, e portanto devemos ponderar, atentando-nos especialmente para esta doutrina: tudo quanto possuímos, por mais que pareça digno da maior estima, não devemos permitir que obscureça o conhecimento do poder e da graça de Deus”.<sup>67</sup>

Calvino insiste no ponto de que aqueles que não aprenderem a viver na pobreza, quando ricos, revelarão a sua arrogância e orgulho. O apóstolo Paulo constituiu-se num exemplo de simplicidade em qualquer situação (Fp 4.12).

Ele também entende que na pobreza é que tendemos a nos tornar mais humildes e fraternos. Devemos aprender a repartir e, também, a ser assistidos pelos nossos irmãos:

“Todas as pessoas desejam possuir o bastante que as poupe de depender do auxílio de seus irmãos. Mas quando ninguém possui o suficiente para suas necessidades pessoais, então surge um vínculo de comunhão e solidariedade, pois que cada um se vê forçado a buscar empréstimo dos outros. Admito, pois, que a *comunhão dos santos* só é possível quando cada um se vê contente com sua própria medida, e ainda reparte com seus irmãos as dádivas recebidas, e em contrapartida admite ser também assistido pelas dádivas alheias”.<sup>68</sup>

Aos pastores e aos crentes em geral, Calvino apresenta uma recomendação:

“Os ministros devem viver contentes com uma mesa frugal, e devem evitar o perigo do regalo e do fausto. Portanto, até onde suas necessidades o requeiram, que os crentes considerem toda a sua propriedade como à disposição dos piedosos e santos mestres”.<sup>69</sup>

### 3. SOMOS ADMINISTRADORES DOS BENS DE DEUS:

---

<sup>64</sup> Vd. John Calvin, *Commentary on the Epistle to the Philippians*, Grand Rapids, Michigan: Baker Book House Company, 1996, (*Calvin's Commentaries*, Vol. XXI), (Fp 4.12) p. 124.

<sup>65</sup> João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 74.

<sup>66</sup> Juan Calvino, *Institución*, III.10.3.

<sup>67</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (Sl 48.3), p. 355-356.

<sup>68</sup> João Calvino, *Exposição de Romanos*, São Paulo: Paracletos, 1997, (Rm 12.6), p. 430.

<sup>69</sup> João Calvino, *Gálatas*, São Paulo: Paracletos, 1998, (Gl 6.6), p. 181.

“Visto que nosso Pai celestial nos concede todas as coisas por sua livre graça, devemos ser imitadores de sua graciosa benevolência, praticando também atos de bondade em favor de outrem; e em razão de nossos recursos virem dele, não somos mais que despenseiros dos dons de sua graça” – João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 8.4), p. 169.

### a) Tudo Pertence a Deus:

A Bíblia nos ensina que todas as coisas nos são dadas pela benignidade de Deus e são destinadas ao nosso bem e proveito. Deste modo, tudo que temos constitui-se em um depósito do que um dia teremos de dar conta. “Temos, pois, de administrá-las como se de contínuo, ressoasse em nossos ouvidos aquela sentença. ‘Dá conta de tua mordomia’ (Lc. 16.2)”.<sup>70</sup> Deus concede-nos bens para que o gerenciemos; Ele continua sendo o Senhor de tudo: “Quando Deus nos envia riquezas não renuncia a sua titularidade, nem deixa de ter senhorio sobre elas (como o deve ter) por ser o Criador do mundo. (...) E ainda que os homens possuem cada um sua porção segundo Deus os há engrandecido mediante os bens deste mundo, não obstante, Ele sempre continuará sendo Senhor e Dono de tudo”.<sup>71</sup> Portanto, “o uso legítimo de todas as graças é o liberal e generoso compartilhar com os outros. Nenhuma, nem mais certa, regra, nem mais válida exortação para mantê-la, se podia excogitar do que onde somos ensinados que todos os dotes de que somos possuidores são consignações de Deus, creditadas à nossa confiança com esta condição: que sejam dispensadas em benefício do próximo (1Pe 4.10)”.<sup>72</sup>

### b) O Sentido da Riqueza:

“Os crentes gozam de genuína riqueza quando confiam na providência divina que os mantém com suficiência e não se desvanecem em fazer o bem por falta de fé. (...) Ninguém é mais frustrado ou carente do que aquele que vive sem fé, cuja preocupação com suas posses dilui toda a sua paz” – João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 9.11), p 193-194.

Para Calvino a riqueza residia em não desejar mais do que se tem e a pobreza,

<sup>70</sup> J. Calvino, *Institución*, III.10.5. Ver também John Calvin, *Commentaries on The First Book of Moses Called Genesis*, Grand Rapids, Michigan: Eerdmans Publishing Co., 1996 (Reprinted), Vol. 1, (Gn 2.15), p. 125.

<sup>71</sup> Juan Calvino, El Señor dio y El Señor quito: In: *Sermones Sobre Job*, Jenison, Michigan: T.E.L.L., 1988, (Sermon nº 2), p. 42.

<sup>72</sup> João Calvino, *As Institutas*, III.7.5.

o oposto.<sup>73</sup> Por sua vez, também entendia que a prosperidade poderia ser uma armadilha para a nossa vida espiritual: “Nossa prosperidade é semelhante à embriaguez que adormece as almas”.<sup>74</sup> “Aqueles que se aferram à aquisição de dinheiro e que usam a piedade para granjearem lucros, tornam-se culpados de sacrilégio”.<sup>75</sup> Daí que, para o nosso bem, o Senhor nos ensina através de várias lições a vaidade dessa existência.<sup>76</sup> Os servos de Deus não podem ser reconhecidos simplesmente pela sua riqueza. Esclarecendo uma interpretação errada de Ec 9.1, afirma: “Se alguém quiser julgar pelas coisas presentes quem Deus ama e quem Deus odeia, trabalhará em vão, visto que a prosperidade e a adversidade são comuns ao justo e ao ímpio, ao que serve a Deus e ao que Lhe é indiferente. De onde se infere que nem sempre Deus declara amor aos que Ele faz prosperar temporalmente, como também declara ódio aos que Ele aflige”.<sup>77</sup>

Comentando o Salmo 62.10, diz: “*Pôr o coração nas riquezas* significa mais que simplesmente cobiçar a posse delas. Implica ser arrebatado por elas a nutrir uma falsa confiança. (...) É invariavelmente observado que a prosperidade e a abundância engendram um espírito altivo, levando prontamente os homens a nutrirem presunção em seu procedimento diante de Deus, e a se precipitarem em lançar injúria contra seus semelhantes. Mas, na verdade o pior efeito a ser temido de um espírito cego e desgovernado desse gênero é que, na intoxicação da grandeza externa, somos levados a ignorar quão frágeis somos, e quão soberba e insolentemente nos

<sup>73</sup> “Confesso, deveras, que não sou pobre; pois não desejo mais além daquilo que possuo” (João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, p. 46). “Nossa cobiça é um abismo insaciável, a menos que seja ela restringida; e a melhor forma de mantê-la sob controle é não desejarmos nada além do necessário imposto pela presente vida; pois a razão pela qual não aceitamos esse limite está no fato de nossa ansiedade abarcar mil e uma existências, as quais de balde sonhamos só para nós” [João Calvino, *As Pastorais*, (1Tm 6.7), p. 168].

<sup>74</sup> Juan Calvino, *El Uso Adecuado de la Aflicción*: In: *Sermones Sobre Job*, Jenison, Michigan: T.E.L.L., 1988, (Sermon nº 19), p. 227. “Certamente, o marfim, o ouro e as riquezas são boas criaturas de Deus, permitidas, e até destinadas ao uso dos homens; também em nenhum lugar se proíbe ao homem rir ou fartar-se ou adquirir novas propriedades ou deleitar-se com instrumentos musicais ou beber vinho. É certo. Mas, quando alguém goza abundância de bens, se ele se deixar envolver pelas coisas que lhe causam deleite, embriagar sua alma e seu coração com os prazeres desta vida e viver buscando outros novos, muito longe estará do uso santo e legítimo dos dons de Deus” [João Calvino, *As Institutas*, (1541), IV.14]. Ver também: João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 30.6), p. 631; *As Pastorais*, (1Tm 6.17), p. 181.

<sup>75</sup> João Calvino, *As Pastorais*, (1Tm 6.6), p. 168. “Todos quantos têm como seu ambicioso alvo a aquisição de riquezas se entregam ao cativo do diabo” [João Calvino, *As Pastorais*, (1Tm 6.8), p. 169].

<sup>76</sup> Vd. João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 60.

<sup>77</sup> João Calvino, *As Institutas*, (1541), II.4. Esta mesma linha de argumentação é seguida em outro lugar: “Onde, pois, o temor de Deus não é prevalecente, a confiança na prosperidade consiste no menosprezo e motejo de sua imensurável munificência. Segue-se disso que aqueles a quem Deus tem poupado nesta vida receberão sobre si a aplicação de um castigo mais severo, visto que têm adicionado sua rejeição ao convite paternal de Deus a suas demais perversidades. Ainda que todos os favores divinos sejam inumeráveis provas de sua paternal bondade, todavia, visto que às vezes Ele tem diferentes objetivos em vista, os ímpios se equivocam ao vangloriar-se de sua prosperidade, como se fossem bem-amados de Deus, ao mesmo tempo em que este paternal e liberalmente os sustenta” [João Calvino, *Romanos*, 2ª ed. São Paulo: Parakletos, 2001, (Rm 2.4), p. 81-82]. Ver também: João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 17.14), p. 346.

exaltamos contra Deus”.<sup>78</sup> Ele considera a cobiça de dinheiro uma “praga” que, conforme nos ensina Paulo (1Tm 6.10), traz muitos males: “Os que sofrem dessa praga gradualmente se degeneram até que renunciam completamente a fé”.<sup>79</sup>

Devemos em todas as coisas ser gratos a Deus, Quem nos confere tudo o que temos, usando com prudência dos bens que Ele nos concede para o Seu serviço. “Quanto mais liberalmente Deus trate alguém, mais prudentemente deve ele vigiar para não ser preso em tais malhas.”<sup>80</sup> “Quando depositamos nossa confiança nas riquezas, na verdade estamos transferindo para elas as prerrogativas que pertencem exclusivamente a Deus.”<sup>81</sup> A nossa riqueza está em Deus, Aquele que soberanamente nos abençoa.<sup>82</sup> Portanto, “... é uma tentação muito grave, ou seja, avaliar alguém o amor e o favor divinos segundo a medida da prosperidade terrena que ele alcança”.<sup>83</sup> Do mesmo modo, as aflições não devem ser vistas de forma mística e supersticiosa: “É certamente um erro muitíssimo comum entre os homens olharem eles para os que se acham oprimidos com angústias como se fossem condenados e réprobos. Visto que, de um lado, a maioria dos homens, julgando o favor divino pelo prisma de um estado incerto e transitório de prosperidade, aplaudem os ricos e aqueles para quem, como dizem, a fortuna sorri. E então, de outro lado, agem com desprezo em relação aos que enfrentam infortúnio e miséria, e estultamente imaginam que Deus os odeia por não exercer sobeja clemência para com eles como o faz em favor dos réprobos. O erro do qual falamos, consiste em que a atitude de se julgar injusta e impiamente é algo que tem prevalecido em todas as eras do mundo. As Escrituras em muitas passagens clara e distintamente afirmam que Deus, por várias razões, prova os fiéis com adversidades, numa ocasião para exercitá-los à paciência, e noutra para subjugar as inclinações pecaminosas da carne, e ainda noutra para purificá-los dos resíduos que restam das paixões da carne, os quais ainda persistem neles; às vezes para humilhá-los, às vezes para fazer deles um exemplo para outros, e ainda outras vezes para instigá-los à contemplação da vida celestial”.<sup>84</sup> Isto porque, “Riquezas e outros confortos mundanos devem ser vistos como que propiciando alguma experiência do favor e benevolência divinos, mas não se deduz daí que os pobres sejam objetos do desprazer divino; ter um corpo saudável e boa saúde são bênçãos de Deus, porém não devemos conceber que isso constitua prova de

<sup>78</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (Sl 62.10), p. 580.

<sup>79</sup> João Calvino, *As Pastorais*, (1Tm 6.10), p. 170.

<sup>80</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 30.6), p. 633.

<sup>81</sup> João Calvino, *As Pastorais*, (1Tm 6.17), p. 182.

<sup>82</sup> “... a glória de Deus deve resplandecer sempre e nitidamente em todos os dons com os quais porventura Deus se agrada em abençoar-nos e em adornar-nos. De sorte que podemos considerar-nos ricos e felizes nele, e em nenhuma outra fonte” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (Sl 48.3), p. 356].

<sup>83</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 17.14), p. 346. Pelo contrário, em outros lugares, ele diz: “Se, então, nós temos cometido fornicção contra Deus, toda nossa prosperidade deveria ser mantida sob suspeição; por esta desobediência, abusando das bênçãos de Deus” [John Calvin, *Calvin's Commentary*, Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 1996 (Reprinted), Vol. XIII, (Os 9.1) p. 309]. “Prosperidade é como mofo ou a ferrugem” [John Calvin, *Calvin's Commentary*, Vol. XV, (Zc 13.9) p. 403].

<sup>84</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (Sl 41.1), p. 240-241.

que a fraqueza e a enfermidade devam ser consideradas com desaprovação”.<sup>85</sup> Quanto ao dinheiro, como tudo que temos provém de Deus, “o dinheiro em minha mão é tido como meu credor, sendo eu, como de fato sou, seu devedor”.<sup>86</sup> Somos sempre e integralmente dependentes de Deus: “Um verdadeiro cristão não deverá atribuir nenhuma prosperidade à sua própria diligência, trabalho ou boa sorte, mas antes ter sempre presente que Deus é quem prospera e abençoa”.<sup>87</sup>

Jesus Cristo é quem nos pedirá conta. O mesmo Jesus, que em sua vida terrena viveu de forma sóbria e modesta, combatendo todo excesso, soberba, ostentação e vaidade.

“Portanto, ao fazer o bem a nossos irmãos e mostrar-nos humanitários, tenhamos em mente esta regra: que de tudo quanto o Senhor nos tem dado, com o que podemos ajudar a nossos irmãos, somos despenseiros; que estamos obrigados a dar conta de como o temos realizado; que não há outra maneira de despensar devidamente o que Deus pôs em nossas mãos, que ater-se à regra da caridade. Daí resultará que não somente juntaremos ao cuidado de nossa própria utilidade a diligência em fazer bem ao nosso próximo, senão que incluso, subordinaremos nosso proveito aos demais”.<sup>88</sup>

### c) A Justa Graça de compartilhar com alegria:

“Notemos bem como podemos ser sempre liberais mesmo quando mergulhados na mais terrível pobreza, se suprimos as deficiências de nossas bolsas pela generosidade de nossos corações” – João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 8.2), p. 167.

A grandeza de nosso trabalho não está simplesmente no que fazemos, mas como e com qual objetivo o fazemos. É agradável a Deus que através de nosso trabalho a sociedade seja beneficiada.<sup>89</sup>

---

<sup>85</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 3, (Sl 91.15), p. 458.

<sup>86</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (Sl 56.12), p. 504.

<sup>87</sup> João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 42.

<sup>88</sup> J. Calvino, *Institución*, III.7.5. Ver também André Biéler, *O Humanismo Social de Calvino*, p. 72-74.

<sup>89</sup> Cf. John Calvin, *Commentary on a Harmony of the Evangelists*, Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 1996 (Reprinted), Vol. 2, (Mt 25.24), p. 444.

Calvino entende que o ato de repartir o que temos consiste em uma prática de justiça relacionada ao propósito de nossa existência: “Assim como não nascemos unicamente para nós mesmos, também o cristão não deve viver unicamente para si mesmo, nem usar o que possui somente para os seus propósitos particulares ou pessoais”. Continua: “Já que dar assistência às necessidades de nosso próximo é uma parte da justiça – e de forma alguma é a menor parte –, os que negligenciam esta parte de seu dever devem ser tidos no conta de injustos”.<sup>90</sup> A nossa “riqueza”, ou seja, suficiência, como resultado da bondade de Deus, tem um sentido social: “O Senhor administra em nosso favor tanto quanto nos é proveitoso, às vezes mais e às vezes menos, mas sempre na medida em que ficamos satisfeitos e que vale muito mais do que ter o mundo inteiro e sermos consumidos. Dentro desta suficiência devemos ser ricos para o bem de outrem. Porque Deus não nos faz o bem com o fim de cada um de nós guardar para si mesmo o que recebe, mas para que haja mútua participação entre nós, de acordo com os reclamos das necessidades”.<sup>91</sup> A ajuda aos nossos irmãos só se torna possível quando nos despimos da primazia de nossos interesses pessoais; quando renunciamos ao nosso direito em prol do outro.<sup>92</sup> “Esta, portanto, nos seja a regar para a benevolência e beneficência: tudo quanto a nós nos dispensou Deus com que possamos assistir ao próximo, somos disso mordomos, mordomos que estamos obrigados a prestar conta de nossa mordomia. Essa, afinal, é, após tudo, a reta mordomia: a que se amolda à norma do amor. Assim acontecerá que não só o zelo pelo alheio proveito sempre com a preocupação de nosso próprio benefício conjuguemos, mas até àquele subordinemos”.<sup>93</sup>

Ajudar aos necessitados deve ser entendido não como a perda de algum bem, antes, como um privilégio que é-nos concedido pela graça de Deus, que nos capacita a sermos generosos e a suportar com paciência as tribulações. “Os membros de Cristo têm o dever de ministrar uns aos outros, de modo que, quando nos dispomos a socorrer nossos irmãos, não fazemos mais do que desempenhar o ministério que é também dever deles. Por outro lado, negligenciar os santos, quando necessitam de nosso socorro, é algo mais do que apenas ausência de bondade; é usurpá-los daquilo que lhes é devido”.<sup>94</sup> Em outro lugar: “Ainda que seja universalmente consensual que é uma virtude louvável prestar ajuda ao necessitado, todavia nem todos os homens consideram o dar como sendo uma vantagem, nem tampouco o atribuem à graça de Deus. Ao contrário disso, acreditam que alguma coisa sua, ao ser doada, perdeu-se”.<sup>95</sup> No entanto, Paulo declara que quando prestamos auxílio aos nossos

---

<sup>90</sup> João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 9.10), p. 193.

<sup>91</sup> João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 9.8), p. 191.

<sup>92</sup> Cf. João Calvino, *As Institutas*, III.7.5.

<sup>93</sup> João Calvino, *As Institutas*, III.7.5.

<sup>94</sup> João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 9.1), p. 186-187. Beza narra que com o grande crescimento da igreja em Genebra, composta intensamente de imigrantes, “deu azo a que os estrangeiros que aqui vinham radicar-se formassem uma associação com vistas a subvencionar as diretas necessidades de seus pobres, para que a cidade não fosse sobrecarregada em demasia” (Theodoro de Beza, *A Vida e a Morte de João Calvino*, p. 38).

<sup>95</sup> Quando fazemos o bem nada perdemos; é Deus mesmo que nos recompensará, na eternidade e aqui: “O que sai de nós para alguém, parece diminuir o que possuímos; mas o tempo da ceifa virá, quando os frutos aparecerão e serão recolhidos. Pois o Senhor considera o que é doado aos pobres

irmãos, devemos atribuí-lo à graça de Deus, e devemos considerá-lo um extraordinário privilégio a ser arduamente buscado. (...) Os homens rapidamente fracassam quando não são sustentados pelo Espírito do Senhor, que é o Autor de toda consolação, e uma inveterada carência de fé confiante nos permeia e nos mantém afastados de todos os deveres de amor até que superemos tudo isso pela graça do mesmo Espírito”.<sup>96</sup>

No entanto, esta ajuda não poderá ser com arrogância; antes deve ser praticada com amor, prontidão, humildade, cortesia, simpatia e alegria. Aliás, somente assim as nossas esmolas se constituem em sacrifício agradável a Deus “A esmola é um sacrifício agradável a Deus. Pois quando diz que Deus ama ao doador contente, ele deduz o contrário, ou seja: que Deus rejeita o constrangimento e a coerção. Não é sua vontade dominar-nos como tirano; Ele nos revela como Pai, portanto requer de nós a espontânea obediência de filhos”.<sup>97</sup>

Todavia, Calvino constata com tristeza:

“Quase ninguém é capaz de dar uma miserável esmola sem uma atitude de arrogância ou desdém. (...) Ao praticar uma caridade, os cristãos deveriam ter mais do que um rosto sorridente, uma expressão amável, uma linguagem educada.

“Em primeiro lugar, deveriam se colocar no lugar daquela pessoa que necessita de ajuda, e simpatizarem-se com ela como se fossem eles mesmos que estivessem sofrendo. Seu dever é mostrar uma verdadeira humanidade e misericórdia, oferecendo sua ajuda com espontaneidade e rapidez como se fosse para si mesmos.

“A piedade que surge do coração fará com que se desvaneça a arrogância e o orgulho, e nos prevenirá de termos uma atitude de reprovação ou desdém para com o pobre e o necessitado”.<sup>98</sup>

Em nossa beneficência, nada devemos esperar em troca, ainda que esta seja uma prática comum. Aliás, “quando damos nossas esmolas, nossa mão esquerda deve ignorar o que a mão direita fez”.<sup>99</sup> Comentando o Salmo 68 enfatiza que o Deus da glória é também o Deus misericordioso; em seguida observa a atitude pecaminosa comum aos homens: “Geralmente distribuimos nossas atenções onde es-

---

como sendo doado a Ele mesmo, e um dia reembolsará o doador com fartos juros. (...) Esta colheita deve ser entendida tanto em termos de recompensa espiritual de vida eterna com também sendo uma referência às bênçãos terrenas com as quais o Senhor agracia o benfeitor. Não é somente no céu que o Senhor recompensará os feitos nobres do justo, mas o fará ainda neste mundo” [João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 9.6), p. 189].

<sup>96</sup> João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 8.1), p. 166.

<sup>97</sup> João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 9.7), p. 190. Comentando Romanos, analisando uma possibilidade de interpretação da palavra “liturgia” empregada por Paulo, escreve: “Paulo, estou plenamente certo, está se referindo a algum tipo de sacrifício feito pelos crentes, quando dão de sua própria subsistência para mitigar a pobreza de seus irmãos. Ao quitarem uma dívida de amor, à qual se achavam penhorados, oferecem a Deus, ao mesmo tempo, um sacrifício de aroma suave” [João Calvino, *Romanos*, 2ª ed. São Paulo: Parakletos, 2001, (Rm 15.27), p. 514-515].

<sup>98</sup> João Calvino, *A Verdadeira Vida Cristã*, p. 39.

<sup>99</sup> John Calvin, *Calvin's Commentaries*, Grand Rapids, Michigan: Baker Book House Company, 1996 (Reprinted), Vol. XVIII, (At 5.1), p. 196.

peramos nos sejam elas retribuídas. Damos preferência a posição e esplendor, e desprezamos ou negligenciamos os pobres”.<sup>100</sup> E quanto à ingratidão tão comum ao gênero humano? Bem, em nossa ajuda aos nossos irmãos não devemos nos preocupar com isso, visto que “ainda que os homens sejam ingratos, de modo que pareça termos perdido o que lhes damos, devemos perseverar em fazer o bem”.<sup>101</sup> E mais: “... não dependemos da gratidão humana, e, sim, de Deus que Se coloca no lugar do pobre como devedor, para que um dia venha restituir-nos cheio de solicitude, tudo quanto distribuímos....”.<sup>102</sup>

#### **d) O Valor de cada um:**

As pessoas devem ser avaliadas não pelo seu dinheiro, mas por sua piedade. Os piedosos aprendem a reverenciar e a imitar os genuínos servos de Deus:

“Aprendamos, pois, a não avaliar uma pessoa pelo prisma de seu estado ou seu dinheiro, nem pelo prisma de suas honras transitórias, mas avaliá-la pelo prisma de sua piedade ou de seu temor a Deus. E certamente que ninguém jamais aplicará verdadeiramente seu intelecto ao estudo da piedade que, ao mesmo tempo, também não reverencie os servos de Deus; da mesma forma, por outro lado, o amor que nutrimos por eles nos incita a imitá-los em sua santidade de vida”.<sup>103</sup>

#### **4. SOCORRO E ORAÇÃO:**

Da *Oração do Senhor*, Calvino extrai o princípio de que devemos nos preocupar com todos os necessitados. Contudo, sabendo da impossibilidade de conhecermos a todos e de termos recursos para ajudar a todos os que conhecemos, diz que a ajuda não exclui a oração nem esta àquela. Portanto devemos orar por todos:

“O mandamento de Deus que nos compele a socorrer a indigência dos pobres é mandamento geral. E, todavia, os que obedecem a esse mandamento e com este fim fazem misericórdia estendendo seus bens a todos os que eles vêem ou sabem que têm necessidade, não obstante não dão ajuda a todos os que têm igual necessidade, ou por não poderem conhecê-los a todos, ou porque não têm meios suficientes para supri-los. De igual modo, não contrariam a vontade de

---

<sup>100</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (Sl 68.4-6), p. 645.

<sup>101</sup> João Calvino, *Exposição de 2 Coríntios*, (2Co 8.10), p. 173. “É realmente verdade que não há nada que fira tanto os que possuem uma disposição mental ingênua que quando os perversos e ímpios os recompensam de forma um tanto desonrosa e injusta. Mas quando ponderam sobre esta consoladora consideração, de que Deus não é menos ofendido com tal ingratidão do que aqueles a quem se faz a injúria, eles não têm nenhuma justificativa de se magoarem com tanto excesso” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 2, (Sl 38.19-20), p. 192].

<sup>102</sup> João Calvino, *Exposição de 1 Coríntios*, (1Co 16.2), p. 500.

<sup>103</sup> João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 15.4), p. 294. Vejam-se também: João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (Sl 17.14), p. 346; Vol. 2, (Sl 41.1), p. 240-241.

Deus aqueles que, considerando e tendo em mente a sociedade comum da igreja, a comunidade cristã, fazem uso das orações particulares por meio das quais, com palavras particulares, mas com espírito amplo e afeto comum, encomendam a Deus a si mesmos ou outros, cuja necessidade Ele lhes quis dar a conhecer mais de perto. Se bem que nem tudo que diz respeito à oração é semelhante a fazer caridade. Porque não podemos socorrer com os nossos bens senão aqueles cuja pobreza conhecemos, mas podemos e devemos ajudar pela oração mesmo aqueles dos quais não temos conhecimento, e que estão distantes de nós por qualquer distância que haja no tempo ou no espaço. Isso se faz por causa da amplitude geral das orações, amplitude que abrange todos os filhos de Deus, no número dos quais eles também estão incluídos”.<sup>104</sup>

## 5. UMA ADVERTÊNCIA GERAL:

Comentando o 9º Mandamento, “*Não furtarás*”, admite que “há muitas espécies de ladrões”; contudo, não quer se deter em demasia “fazendo listas das diferentes classes de furtos e roubos”. Resume então:

“... todos os meios utilizados pelos homens para enriquecimento com prejuízo de outros, afastando-se da sinceridade cristã, que deve ser mantida com carinho, e agindo com fingimento e astúcia, enganando e prejudicando o próximo – os que assim procedem devem ser considerados ladrões. Embora os que agem desse modo muitas vezes ganhem na defesa da sua causa diante do juiz, Deus não os considerará como outra coisa senão ladrões. Porque ele vê as armadilhas que pessoas da alta sociedade de longe armam para pegar gente simples em suas redes; Ele vê os pesados impostos e taxas que os grandes da terra impõem aos pequenos, para oprimi-los; Ele vê como são venenosas as lisonjas utilizadas por aqueles que querem destruir o próximo por meio de mentiras e outras formas de falsidade. Essas coisas geralmente não chegam ao conhecimento dos homens.

“Além disso, transgressão deste mandamento não é só prejudicar alguém quanto a dinheiro, comércio ou direito de propriedade, mas também quanto ao não atendimento a qualquer dever nosso e a qualquer direito do próximo. Porque tanto defraudamos o nosso próximo usurpando os seus bens como lhe negando os serviços que lhe devemos prestar. Assim, se um procurador ou mordomo ou administrador, em vez de zelar dos bens entregues aos seus cuidados, viver na ociosidade, sem se preocupar com o seu dever de procurar o bem daquele que lhe dá o sustento; se desperdiçar ou empregar mal o que lhe foi confiado, ou o gastar em coisas supérfluas; se o empregado zombar do seu chefe ou patrão, se divulgar os seus segredos, ou se planejar algo contra os bens dele ou contra a sua reputação ou contra a sua vida [Rm 13; 1Pe 2; Tt 3]; se, por outro lado, o chefe ou patrão ou pai tratar desumanamente os seus subordinados ou a sua família, para Deus é um ladrão. Porque, aquele que não pratica o que a sua vocação o manda fazer pelos outros, com isso retém o que pertence a outros”.<sup>105</sup>

<sup>104</sup> João Calvino, *As Institutas da Religião Cristã: edição especial com notas para estudo e pesquisa*, São Paulo: Cultura Cristã, 2006, Vol. 3, (IX.37), p. 121.

<sup>105</sup> João Calvino, *As Institutas da Religião Cristã: edição especial com notas para estudo e pesquisa*, São Paulo: Cultura Cristã, 2006, Vol. 1, (III.68-69), p. 207-208. Em outro lugar: “Quando, pois, a frau-

Em 1562 Calvino escreve esta oração para ser feita antes do trabalho:

“Nosso bom Deus, Pai e salvador, uma vez que a ti te aprouve ordenar que trabalhemos para podermos atender à nossa indigência, por tua graça, de tal modo abençoa nosso labor que tua bênção estenda até nós, sem o que ninguém poderá prosperar no bem, e que tal favor nos sirva para testemunho de sua bondade e assistência mercê da qual reconhecamos o paternal cuidado que tens de nós. Ademais, Senhor, que te apraza assistir-nos por teu Santo Espírito, para que possamos exercer fielmente nossos múnus e vocação sem qualquer dolo ou engano, pelo contrário, que tenhamos antes o propósito de seguir tua injunção que satisfazer o desejo de enriquecer-nos; que se, não obstante, a ti te apraz prosperar nosso labor, que também nos dês a disposição de proporcionar a assistência àqueles que estão na indigência, segundo os recursos que nos houveres dado, retendo-nos em toda humildade, a fim de que nos não elevemos acima daqueles que não hajam recebidos tal abundância da tua dadivosidade. Ou, se nos queres tratar em maior pobreza e indigência do que desejaria nossa carne, que te apraza fazer-nos a graça de acrescentar fé em tuas promessas, para fazer-nos seguros de que nos haverás de, por tua bondade, prover-nos sempre o sustento, de sorte que não caiamos na desconfiança; antes, pelo contrário, esperemos pacientemente que nos cumules não somente de tuas graças temporais, mas também de suas graças espirituais, para que tenhamos sempre mais amplo motivo e ocasião de render-te graças e descansar inteiramente em tua só bondade. Ouve-nos, Pai de misericórdia, por Jesus Cristo, teu Filho, nosso Senhor”.<sup>106</sup>

## ANOTAÇÕES PONTUAIS:

Retornando, vemos que o Protestantismo, com os seus princípios econômicos, com a sua ênfase no livre exame das Escrituras, na salvação pessoal e na responsabilidade de cada homem diante de Deus, contribuiu na esteira Renascentista para a maturidade do homem moderno, enfatizando a responsabilidade individual perante Deus, sem excluir, contudo, o aspecto comunitário da vida cristã e a relevância da sociabilidade entre os fiéis. Onde quer que o Protestantismo fincasse suas raízes, a sua influência se tornaria notória como uma força modeladora da cultura, não apenas da vida religiosa.<sup>107</sup> Lembremo-nos de que a Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra Protestante e, de que F.W. Taylor (1856-1915), "o fundador da administra-

---

de, a astúcia, a traição, a crueldade, a violência e a extorsão reinam no mundo; em suma, quando todas as coisas são arremessadas em total desordem e escuridão, pela injustiça e perversidade, que a fé sirva como uma lâmpada a capacitar-nos para visualizarmos o trono celestial de Deus, e que essa visão nos seja suficiente para fazer-nos esperar pacientemente pela restauração das coisas a um melhor estado” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, São Paulo: Paracletos, 1999, Vol. 1, (SI 11.4), p. 240]. No mundo, “Deus não é um espectador indolente” [João Calvino, *O Livro dos Salmos*, Vol. 1, (SI 11.4), p. 241].

<sup>106</sup> João Calvino, *Opera Calvini*, tomo VI. p. 137. *Apud* André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 513.

<sup>107</sup> Vd. André Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, p. 540.

ção científica", era protestante e norte-americano.<sup>108</sup>

Max Weber (1864-1920) ao analisar o progresso econômico protestante, não conseguiu captar adequadamente este aspecto fundamental no protestantismo, que enfatiza o trabalho, não simplesmente pelo dever ou vocação, conforme Weber entendeu, mas sim, para a glória de Deus; este é o fator preponderante que escapou à sua compreensão.<sup>109</sup>

As Escrituras nos ensinam que Deus nos criou para o trabalho (Gn 2.8,15). O trabalho, portanto, faz parte do propósito de Deus para o ser humano, sendo objeto de satisfação humana: *"Em vindo o sol, (...) sai o homem para o seu trabalho, e para o seu encargo até à tarde"* (Sl 104.22-23). Na concepção cristã, o trabalho dignifica o homem, devendo o cristão estar motivado a despeito do seu baixo salário ou do reconhecimento humano; embora as Escrituras também observem que o trabalhador é digno do seu salário (Lc 10.7). Seu trabalho deve ser entendido como uma prenda feita a Deus, independentemente dos senhores terrenos; deste modo, o que de fato importa, não é o trabalho em si, mas sim o espírito com o qual ele é feito; a dignidade deve permear todas as nossas obras, visto que as realizamos para o Senhor. A prestação de contas de nosso trabalho deverá ser feita a Deus; é Ele com o seu escrutínio perfeito e eterno Quem julgará as obras de nossas mãos, daí a recomendação do Apóstolo Paulo:

*"E tudo o que fizerdes, seja em palavra, seja em ação, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando por ele graças a Deus (...). Servos, obedeci em tudo aos vossos senhores segundo a carne, não servindo apenas sob vigilância, visando tão-só agradar homens, mas em singeleza de coração, temendo ao Senhor. Tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração, como para o Senhor, e não para homens, cientes de que recebereis do Senhor a recompensa da herança. A Cristo, o Senhor, é que estais servindo; pois aquele que faz injustiça receberá em troca a injustiça feita; e nisto não há acepção de pessoas. Senhores, tratai aos servos com justiça e com eqüidade, certos de que também vós tendes Senhor no céu."* (Cl 3.17,22-4.1)(Vd. Ef 6.5-9).

Portanto, não há desculpas para a fuga do trabalho, mesmo em nome de um motivo supostamente religioso (1Ts 4.9-12/Ef 4.28; 1Tm 5.11-13).

Um comentarista bíblico, resume bem o espírito cristão do trabalho, afirmando: "O trabalhador deve fazê-lo como se fosse para Cristo. Nós não trabalhamos pelo pagamento, nem por ambição, nem para satisfazer a um amo terreno. Trabalhamos de tal maneira que possamos tomar cada trabalho e oferecê-lo a Cristo".<sup>110</sup> (Vd. 1Tm 6.1-2).

---

<sup>108</sup> Vd. Idalberto Chiavenato, *Teoria Geral da Administração*, 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987, Vol. 1, p. 65. Vd. também, André Biéler, *A Força Oculta dos Protestantes*, p. 113ss.

<sup>109</sup> Vd. também: Christopher Hill, *O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 195ss.; R.H. Tawney, *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1971, p. 114-115.

<sup>110</sup> William Barclay, *El Nuevo Testamento Comentado*, Buenos Aires: La Aurora, 1973, Vol. 11, p. 176.

Lamentavelmente, o conceito Protestante do trabalho, no pensamento moderno, foi secularizado, abandonando aos poucos a concepção religiosa que lhe dera suporte, tornando-se agora apenas uma questão de racionalidade, não necessariamente de "vocação" ou de "glorificação a Deus". Perdeu-se a "infra-estrutura", ficou-se apenas com a "superestrutura".<sup>111</sup> Delumeau resume com pertinência: "Na verdade, o Protestantismo não engendrou em seus fiéis a mentalidade capitalista a não ser na medida em que perdeu seu tônus religioso e se tornou infiel a Calvino".<sup>112</sup>

Desde a criação o homem foi colocado numa posição acima das outras criaturas, cabendo-lhe o domínio sobre os outros seres criados, sendo abençoado por Deus com a capacidade de procriar-se (Gn 1.22)<sup>113</sup> e dispondo de grande parte da criação para o seu alimento (Gn 1.26-30; 2.9). Como indicativo da posição elevada em que o homem foi colocado, o Criador compartilha com ele – abençoando e capacitando-o<sup>114</sup> – do poder de nomear os animais – envolvendo neste processo inteligência e não arbitrariedade –, e também de dar nome à sua mulher (Gn 2.19,20,23; 3.20). E mais: Deus delega-lhe poderes para cultivar e guardar o jardim do Éden (Gn 2.15), demonstrando a sua relação de domínio sobre a natureza. No entanto, todas estas atividades envolvem o trabalho compartilhado por Deus com o ser humano. O nomear, procriar, dominar, guardar e cultivar refletem a graça providente e capacitante de Deus.

O homem é um ser que trabalha. A sua mão é uma arma "politécnica", instrumento exclusivo e incomparável de construção, reconstrução e transformação.<sup>115</sup> Faz parte da essência do homem trabalhar. O homem é um artífice que constrói, transforma, modifica; a sua vida é um eterno devir, que se realiza no fazer como expressão do seu ser orientado e direcionando para valores que acredita serem relevantes. Portanto, o trabalho deve ter sempre um sentido axiológico.<sup>116</sup> O ser como não pode se limitar ao simples fazer, está sempre à procura de novas criações, que envolvem trabalho. No trabalho o homem concretiza a sua liberdade de ser. Acontece, que se

<sup>111</sup> Biéler faz uma constatação relevante: "A íntima interpenetração da Reforma e da Renascença contribuiu amplamente para a sua promoção no Ocidente. Mas o materialismo e as ideologias substitutivas engendradas pela secularização do pensamento, no decurso dos séculos subseqüentes, acabaram por fazer crer que uma civilização arrancada de suas raízes espirituais conseguiria produzir espontaneamente todos esses valores. Essas ideologias substitutivas proliferaram. (...) Todas essas ideologias, que tomaram o lugar da fé cristã, transformaram-se em crenças que, uma vez dissipadas, deixaram no Ocidente e no mundo atual um vácuo espiritual, e muitas vezes um desespero, que se mostram propícios a toda sorte de novidades inflamadas da demagogia religiosa, filosófica ou política." (André Biéler, *A Força Oculta dos Protestantes*, p. 54-55).

<sup>112</sup> Jean Delumeau, *Nascimento e Afirmação da Reforma*, São Paulo: Pioneira, 1989, p. 305.

<sup>113</sup> "Embora aos homens seja de natureza infundido o poder de procriar, Deus quer, entretanto, que seja reconhecido a Sua graça especial que a uns deixa sem progênie, a outros agracia com descendência, pois que dádiva Sua é o fruto do ventre." [SI 127.3]. (João Calvino, *As Institutas*, I.16.7).

<sup>114</sup> Ver Gerard Van Groningen, *Revelação Messiânica no Velho Testamento*, Campinas, SP.: Luz para o Caminho, 1995, p. 97.

<sup>115</sup> Sobre as mãos como instrumento de trabalho, Vd. Oswald Spengler, *O Homem e a Técnica*, Lisboa: Guimarães e C<sup>a</sup> Editores, 1980, III.5. p. 63ss.; Battista Mondin, *O Homem, Quem é Ele?*, São Paulo: Paulinas, 1980, p. 195-196.

<sup>116</sup> Tomei este conceito de Raymond Ruyer, *Metaphisque du Travail*, 1948. Cf. José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*, Vol. 4, p. 2902.

o homem é o que é, o seu trabalho revela parte da sua essência. A "originalidade" do seu trabalho será uma decorrência natural da sua autenticidade.<sup>117</sup> O homem autentica-se no seu ato construtivo, ainda que este seja resultado de suas tensões.<sup>118</sup> Por isso, nunca poderemos ter como meta da sociedade, a ausência do trabalho. O trabalho não é resultado do pecado. O homem foi criado para o trabalho não para permanecer na inatividade e indolência.<sup>119</sup> Portanto, aposentar-me de um determinado trabalho não significa abandonar a condição de "ser" que trabalha. No trabalho nós expressamos e aperfeiçoamos a nossa humanidade. Deixar de trabalhar, significa deixar de utilizar parte da sua potência,<sup>120</sup> equivale a deixar parcialmente de ser homem; em outras palavras, seria uma desumanidade.

Maringá, 24 de dezembro de 2009  
Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa

---

<sup>117</sup> Lewis observou que, "O homem que valoriza a originalidade jamais será original. Mas tente dizer a verdade tal como você a vê, tente trabalhar com perfeição por amor ao trabalho, e aquilo que os homens chamam de originalidade surgirá espontaneamente." (C.S. Lewis, *Peso de Glória*, 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 1993, p. 47).

<sup>118</sup> Se o "excesso" de trabalho em determinadas ocasiões assume a característica de uma "fuga", como observou Rollo May, (*A Arte do Aconselhamento Psicológico*, Petrópolis, RJ.: Vozes, 1977, p. 24ss), não importa; de qualquer maneira, o "fazer" estará revelando o homem que faz, bem como as suas circunstâncias...

<sup>119</sup> Cf. John Calvin, *Commentaries on The First Book of Moses Called Genesis*, Grand Rapids, Michigan: Eerdmans Publishing Co., 1996 (Reprinted), Vol. 1, (Gn 2.15), p. 125.

<sup>120</sup> Sobre a definição de "potência", Vd. Hermisten M.P. Costa, *O Soberano Poder de Deus*, São Paulo 1997, p. 1.